

MPF e Estado do Rio de Janeiro brigam por causa de estaleiro

Categories : [Salada Verde](#)

Uma formação rochosa de valor histórico e arquitetônico – os *Beachrocks de Jaconé*, na costa de Maricá (RJ) – colocou em lados opostos o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea). O MPF quer impedir a remoção de rochas para a construção do Terminal Naval da Ponta Negra, enquanto que o governo do estado do Rio de Janeiro e o INEA entraram com recurso no Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2) para manter os planos para a construção do empreendimento.

Os Beachrocks também são conhecidos como “rochas de praia”, “arenitos de praia” ou “arrecifes”. São formações rochosas que estão à beira-mar, ficando mais visíveis na maré baixa. Os *Beachrocks de Jaconé* foram reportados por Charles Darwin em sua passagem pelo Brasil, em 1832.

O TRF2 manteve liminar proibindo a União, o Estado e o município de Maricá de destruírem e descaracterizarem as rochas. O Tribunal também acatou o pedido pelo tombamento provisório daquela área.

O Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual de Meio Ambiente alegam que não cabe ao Judiciário controlar as ações potencialmente poluidoras, apurar viabilidade ambiental e obediência às normas de licenciamento. Além disso, argumentam que não se pode impedir uma atividade econômica essencial ao desenvolvimento do Estado.

A procuradora regional da República, Maria Helena de Paula, em nome do MPF na 2ª região (RJ/ES) rebate: “Nenhum amparo merece essa pretensão. Estão sendo realizadas, na verdade, manobras jurídicas e políticas a fim de contornar as exigências da legislação ambiental, favorecendo a construção do empreendimento”, afirma a procuradora.

A ação do MPF em impedir a remoção das rochas se baseou na apuração de professores da UFRJ, que identificaram discrepâncias nos estudos do empreendedor, e que falsas informações foram fornecidas ao Inea no processo de licenciamento ambiental.

O recurso do Estado e do Inea ainda será julgado pelo TRF2.

*Com informações do Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/mpf-determina-que-ibama-direcione-r-3-mi-para-areas-protedidas/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/24457-ministerio-publico-questiona-estaleiros/>

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/27392-ibama-da-sinal-verde-para-a-construcao-do-estaleiro-eisa/>